



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 61/2015 (Autoria do Deputado Professor Lemos)

Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da Cavalgada Internacional da Mulher, realizada na semana do dia 8 de março, no Município de Campina Grande do Sul.


Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Cavalgada Internacional da Mulher, realizada anualmente na semana do dia 8 de março, no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de junho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


MISSAIA


LEMO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 37 DE 2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 03 FEV. 2015
1º Secretário

Súmula: Os Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física.

Art. 1º - Os Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter, no mínimo 0,02% de seus lugares para a acomodação de portadores de deficiência física.

Parágrafo único. Caso o percentual disposto no caput deste artigo não atinja um número inteiro, a fração deverá ser arredondada para cima, considerando o próximo número inteiro.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se pessoas portadoras de deficiência física as que sofram dificuldades de mobilidade e locomoção, temporária ou permanente.

Art. 3º - O atendimento às pessoas portadoras de deficiência física será prioritário, com sinalização indicativa e acesso apropriado a todas as dependências, lhes permitindo a necessária mobilidade e locomoção.

Art. 4º - Deverá ser permitida, em havendo necessidade, a permanência de um acompanhante em local próximo ao estipulado no artigo 1º.

Art. 5º - Em caso de descumprimento ao previsto nesta Lei, o infrator deverá ser multado em 10 (dez) UPF/PR (Unidades Padrões Fiscais do Paraná).

LEI Nº 37/2015 - 02/02/2015 - 14:47 - 00000338



incidindo em dobro em caso de reincidência, renováveis a cada 30 (trinta) dias.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor após decorridos 6 meses da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.



ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem como objetivo tornar obrigatório por parte dos Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do Estado, a criação de lugares reservados exclusivamente para a acomodação de portadores de deficiência física.

Ter prioridade no atendimento e fazer com que todas as dependências sejam de fácil acesso lhes proporcionará mobilidade de locomoção e uma melhor participação em eventos esportivos e culturais realizados nestes locais, além de dar relativo conforto e segurança para assisti-los.

A aprovação deste projeto disporá dos meios necessários para o alcance desse objetivo maior que é transformar os estádios, ginásios e clubes sociais em ambientes condições de melhor utilização por parte dos portadores de deficiência física, trazendo mais qualidade de vida.

A legislação brasileira já dispõe de algumas normas que abordam o tema, como a Lei Federal 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento aos portadores de deficiência, a Lei Federal 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e o Decreto 5.296/2004, que regulamenta as duas leis anteriores, mas os referidos dispositivos tratam sempre de normas gerais, criando as diretrizes principais a serem seguidas visando a promoção e acessibilidade dos portadores de deficiência, mas em nenhum momento estabelece regras específicas direcionadas a reserva de vagas nos estabelecimentos alcançados.

O Projeto de Lei ora apresentado visa justamente complementar tal legislação, abordando a questão de forma mais específica e pontual, mas



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



se adequando perfeitamente nas diretrizes trazidas pelas Leis Federais. Trata-se exatamente da competência suplementar, prevista no parágrafo 2º do art. 24 da Constituição Federal.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.



ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de constituição e justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 37/2015

Projeto de Lei nº 37/2015

Autor: Deputado Anibelli Neto

Relator: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA: Os Estádios de Futebol, Ginásio Esportivos, e Clube social do Estado do Paraná, ficam obrigados a manter locais reservados para acomodação de pessoas portadora de deficiência física.

EMENTA: REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO (Nº 522/2012). OBRIGA OS ESTÁDIOS DE FUTEBOL, GINÁSIOS ESPORTIVOS E CLUBES SOCIAIS A CRIAR E MANTER LOCAIS RESERVADOS PARA ACOMODAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 24, INCISO XIV, QUE DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL, EM LEGISLAR SOBRE A PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. O DECRETO FEDERAL Nº 5.296/2004, REGULAMENTAM AS LEIS FEDERAL 10.048/00 E 10.098/00 AMBAS DISPÕE ESPAÇOS RESERVADOS À PESSOAS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de constituição e justiça



PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. E
VISAM GARANTIR O ATENDIMENTO
PRIORITÁRIO AS PESSOAS
PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. LEI
10.671/03, ESTATUTO DE DEFESA
DO TORCEDOR. ARTIGO 33-A
INCISO I DO REGIMENTO INTERNO
DA ALEP. CONSTITUCIONALIDADE.
PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, trata-se de reapresentação do projeto de lei nº 522/2012, no qual determina que os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de constituição e justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Contudo é importante ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso XIV, dispõe sobre a competência da União, Estados e Distrito Federal, de legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência física.

**Art. 24 Compete à União, aos Estados e
Distrito Federal;**

**XIV - proteção e integração social das
pessoas portadoras de deficiência.]**

Ainda, no que tange a presente análise, imprescindível referir-se ao Estatuto de Defesa do Torcedor, disciplinado pela Lei nº. 10.671 de 15 de maio de 2003, que, em seus artigos 13, parágrafo único e 27, II, tratam da acessibilidade ao torcedor portador de deficiência. Senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de constituição e justiça



Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas.

Parágrafo único. Será assegurado acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 27. A entidade responsável pela organização da competição e a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solicitarão formalmente, direto ou mediante convênio, ao Poder Público competente:

II - meio de transporte, ainda que oneroso, para condução de idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência física aos estádios, partindo de locais de fácil acesso, previamente determinados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de constituição e justiça

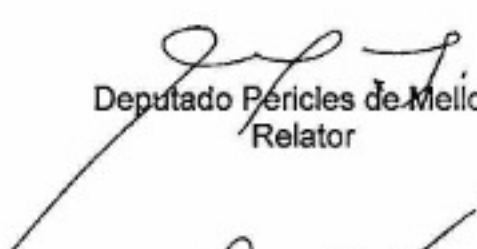



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estar de acordo com o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, que preceitua que é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente, sobre a proteção e integração social para as pessoas portadoras de deficiência.

Sala das sessões, 16 de Março de 2015.


Nelson Justus
Presidente


Deputado Péricles de Mello
Relator


Francischini





APROVADO

17.03.15 8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ESPORTES

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 37/2015

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, determina que os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do Estado do Paraná sejam obrigados a criarem e manterem, no mínimo 0,02% de locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física que sofram dificuldades de mobilidade e locomoção, temporária ou permanente.

Salienta-se que compete a esta Comissão de Esportes, conforme dispõe o art. 30, XX, §2º, I, manifestar-se quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre o mérito e oportunidade da temática ora proposta.

Desse modo, não podemos desconsiderar o parecer técnico da Secretaria de Estado e do Turismo – Instituto Paranaense de Ciência e Esporte que em suma opinou pelo prosseguimento do presente Projeto de Lei.

Destacamos que embora o Estatuto de Defesa do Torcedor, disciplinado pela Lei nº. 10.671 de 15 de maio de 2003, que, em seus artigos 13, parágrafo único e 27, II, tratam da acessibilidade ao torcedor portador de deficiência, não há menção na legislação federal quanto ao percentual mínimo a ser exigido. Senão vejamos:

Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas.

Parágrafo único. Será assegurado acessibilidade ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Isto posto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei, haja vista que o texto proposto não contraria a norma federal.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 2015.

BERNARDO RIBAS CARLI

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO
INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE



Protocolo nº: 13.529.103-0

Parecer: 026/2015

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado

Assunto: Análise do Projeto de Lei nº 37/2015

Sr. Secretário,

Em data de 30 de março de 2015 o Protocolo em referência foi recebido por este Núcleo contendo solicitação do Diretor Administrativo-Financeiro da Casa Civil, Sr. Wellington Otávio Dalmaz, para análise e manifestação política, dispensada análise jurídica, sobre o Projeto de Lei nº 37/2015, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, constando da Súmula que "Os Estádios de Futebol, Ginásios Esportivos e Clubes Sociais do Estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física."

Acompanha referido Projeto de Lei a respectiva justificativa, trazendo argumentos que ressaltam a importância em garantir fácil acesso, conforto e segurança aos portadores de deficiência nos eventos esportivos e culturais, mencionando legislação brasileira que estabelece normas sobre o tema, entre outros importantes argumentos;

É o relatório

Preliminarmente, importante ressaltar que esta Assessoria, em pesquisas realizadas, verificou que projeto semelhante ao ora analisado foi

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO
INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE



apresentado, pelo mesmo autor, em 2012, tramitando na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sob nº 522/12;

Naquela oportunidade o projeto foi apresentado com duas diferenças, ou seja, não contemplava o parágrafo único, que prevê seja arredondado para o número imediatamente superior o percentual de 0,02% caso o mesmo não atinja um número inteiro, e previa a obrigação do Poder Executivo indicar o órgão competente para realizar a fiscalização, sendo, no mais, idêntico ao Projeto objeto da presente análise;

Também a justificativa do Projeto é, basicamente, a mesma, tendo sofrido algumas alterações como a indicação da legislação brasileira que estabelece normas sobre o tema.

A CCJ na ocasião proferiu parecer contrário à pretensão do Autor, alegando que a Lei Federal nº 10.048/2000 já dispõe sobre a reserva de espaços para pessoas portadoras de deficiência, o que ocorre também com a Lei 10.098/2000, com o Decreto 5.296/2004 e com a Lei 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor). Consta das razões do parecer da CCJ, ainda, o fato do Projeto pretender legislar sobre assunto já disciplinado por outra lei e, finalmente, por ser o Projeto similar ao de nº 353/2002, que recebeu parecer contrário e foi arquivado.

Apresentado Recurso, foi o mesmo conhecido, mas, na sequência, arquivado conforme art. 273 do Regimento Interno da Assembleia que prevê:

Art. 273 Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO
INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE



Reapresentado o Projeto, recebeu parecer favorável da CCJ, que opinou pela aprovação do mesmo por entender estar de "acordo com o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, que preceitua que é da competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre a proteção e integração social para as pessoas portadoras de deficiência."

Vale ressaltar que análise do Projeto de Lei nº 353/12, cujo objetivo era "tornar obrigatório espaços para cadeiras de rodas e de assentos reservados para pessoas com deficiência em Ginásio de Esportes e Estádios de futebol no Estado do Paraná, inclusive durante a Copa do Mundo", recebeu parecer favorável deste Núcleo.

Não há dúvida que o tema abordado é de grande relevância, com o qual o Governo do Estado do Paraná sempre demonstrou preocupação, o que gerou ações concretas do Governo como, por exemplo, a lei sancionada pelo Governador Beto Richa, no mês de janeiro do corrente ano, criando o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Importante lembrar que o citado Estatuto prevê a construção, reforma e adequação de edificações além de reserva de espaços específicos para pessoas com deficiência, conforme consta do Art. 111, § 1º, incisos IV, VI e VII abaixo transcrito:

CAPÍTULO IX

DA ACESSIBILIDADE

Seção I

Dois assinaturas manuscritas em tinta preta, uma mais longa e fluida, e outra mais curta e compacta.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO
INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE



Disposições Preliminares

Art. 111. A acessibilidade é condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações de uso público, coletivo e uso privado, dos transportes e dos dispositivos, dos sistemas e dos meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.

§ 1º A acessibilidade para as pessoas com deficiência será garantida mediante supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, através das seguintes medidas:

IV - construção, ampliação, reforma e adequação das edificações de uso público, uso coletivo e uso privado, inclusive os equipamentos esportivos e de lazer, na forma desta Lei e demais normas em vigor, de forma a que se tornem acessíveis para as pessoas com deficiência;

VI - reserva de espaços e lugares específicos para pessoas com deficiência, considerando suas especificidades, em teatros, cinemas, auditórios, salas de conferência, museus, bibliotecas e ambientes de natureza similar;

VII - reserva de vagas específicas, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência, em garagens e estacionamentos nas edificações e demais espaços urbanos de uso público e coletivo;

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO
INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE



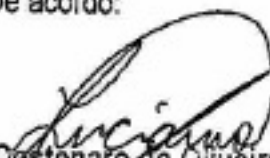
Alguns aspectos jurídicos certamente serão adequadamente debatidos nas Comissões respectivas e, na época própria, pelos Excelentíssimos Senhores Deputados da ALEP, como é o caso da fixação de um percentual a ser reservado para pessoas com deficiência e a despesa que tal fixação acarretará para o Governo ou, ainda, a previsão de multa pelo descumprimento sem a indicação do órgão governamental que efetuará a fiscalização, indicação que, se incluída, também poderia ser interpretada como inconstitucional, por ser iniciativa privativa do Governador dispor sobre a estruturação e atribuições das Secretarias e demais órgãos da administração pública.

Na hipótese em mesa, considerando o parecer anterior deste Núcleo sobre a matéria, bem como a preocupação do Governo do Estado do Paraná com o tema, e superados os obstáculos de natureza jurídica, opina este Núcleo Jurídico pelo prosseguimento do Projeto de Lei, uma vez que eventual aprovação deste não afetará os projetos e metas desta Secretaria, notadamente as que visam consolidar uma política estadual para o esporte, estruturar programas que levem qualidade de vida aos cidadãos de todas as idades, promover oportunidades para a indústria do esporte, revelar atletas, realizar eventos de grande alcance social entre outras iniciativas.

Curitiba, 01 de abril de 2015.


José Jorge Tobias de Santana
Assessor

De acordo:


Luciano Costenaro de Oliveira
Assessor



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa, instituir a Semana Estadual da Conscientização, Prevenção e Combate a Diabetes, a ser realizada na semana de 09 a 18 de novembro.

Com isto, pretende-se que na data estabelecida o Poder Executivo Estadual, em conjunto com as demais entidades que se relacionam com a prevenção, o combate e o tratamento dessa doença, realize atividades visando a conscientização da população sobre os malefícios causados ao ser humano pelo diabetes, ensinando formas de prevenção e de combate.

Diabetes Mellitus é uma doença do metabolismo da glicose causada pela falta ou má absorção de insulina, hormônio produzido pelo pâncreas e cuja função é quebrar as moléculas de glicose para transformá-las em energia a fim de que seja aproveitada por todas as células. A ausência total ou parcial desse hormônio interfere não só na queima do açúcar como na sua transformação em outras substâncias (proteínas, músculos e gordura).

Na verdade, não se trata de uma doença única, mas de um conjunto de doenças com uma característica em comum: aumento da concentração de glicose no sangue provocado por duas diferentes situações:

a) Diabetes tipo I – o pâncreas produz pouca ou nenhuma insulina. A instalação da doença ocorre mais na infância e adolescência e é insulínica, isto é, exige a aplicação de injeções diárias de insulina;



b) Diabetes tipo II – as células são resistentes à ação da insulina. A incidência da doença que pode não ser insulínod dependente, em geral, acomete as pessoas depois dos 40 anos de idade;

c) Diabetes gestacional – ocorre durante a gravidez e, na maior parte dos casos, é provocado pelo aumento excessivo de peso da mãe;

d) Diabetes associados a outras patologias como as pancreatites alcoólicas, uso de certos medicamentos, etc.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 71/2015

Projeto de Lei nº. 71/2015

Autor: Deputado Dr. Batista?

Súmula: Institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate a Diabetes, a ser realizada na semana de 09 a 18 de novembro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE A DIABETES. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate a Diabetes, a ser realizada anualmente na semana de 09 a 18 de novembro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2015.

Paraná do Meio

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

Paraná do Sul

DEPUTADO FERNANDO SCANAVAGA
Relator

APROVADO

Paraná do Norte

Claudia

Romão

Pastor EDSON PATO



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/2015

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Dr. Batista, institui a Semana Estadual de Conscientização, Preservação e Combate a Diabetes, a ser realizado na semana de 09 a 18 de novembro.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.


Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo em conjunto com as demais entidades que se relacionam com a prevenção, o combate e o tratamento dessa doença, realiza atividades visando a conscientização da população sobre os malefícios causados ao ser humano pelo diabetes, ensinando formas de preservação e de combate.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 2015.


ALEXANDRE GUIMARÃES
Presidente

NELSON LÚSCARA
Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 28/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 MAIO 2015

1º Secretário

Aprovação da prestação de contas das
despesas dos Senhores Deputados, mês
de abril de 2015.

ART.1º.-

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003 de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003 de 13 de abril de 2009, referente ao mês de abril de 2015.

ART. 2º.-

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 18 de maio de 2015.

Dep. Tasso Azeiteiro

Dep. Reichembach

Dep. Buzza

DEPUTADO ENIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA - 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER A PROPOSIÇÃO Nº. 011/2015-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 011/2015-CTC, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de abril de 2015, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

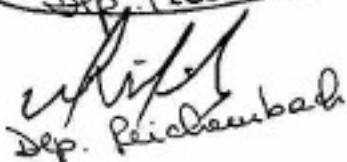
Examinados os documentos entregues, conclue este Relator, que as despesas constantes da Proposição supracitada, encontram-se exatas, dentro da legislação em vigor e da regulamentação que as rege, merecendo Parecer Favorável, transformando essa Proposição em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

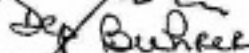
Sala das Comissões em, 18 de maio de 2015


Dep. Leonardo de Azevedo


DEPUTADO ELIO LINO RUSCH
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


Dep. Reichembach


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
Relator


Dep. Buhner



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.